

## Não há futebol na bolha de plástico: considerações sobre futebol, violência e história

No hay fútbol en la burbuja de plástico: consideraciones sobre el fútbol, la violencia y la historia

There is no football in the plastic bubble: considerations on football, violence and history

GERSON WASEN FRAGA<sup>i</sup>  

**Resumo:** O futebol, atividade esportiva e produto midiático, é um lugar privilegiado para a observação social. Dialogando com os pressupostos teóricos de Elias e Dunning, compreendemos que as expressões de violência, racismo e outros preconceitos recorrentes no universo do futebol, devam ser entendidos como reflexo de paradigmas que sobrevivem entre nós para além dos estádios. Assim, este texto pretende abordar o futebol como um instrumento que permite pensar nossas mazelas em um longo prazo, a partir da conjugação de fontes jornalísticas com a bibliografia especializada, focando três casos distintos: a primeira metade do século XX; o contexto da Ditadura Civil-Militar brasileira na conquista do campeonato mundial de 1970 e, por fim, a atuação da Coligay, torcida vinculada ao Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense na virada para a década de 1980.

**Palavras-chave:** Futebol. Sociedade. Violência.

**Resumen:** El fútbol, actividad deportiva y producto mediático, es un lugar privilegiado para la observación social. Dialogando con los supuestos teóricos de Elias y Dunning, entendemos que las expresiones de violencia, racismo y otros prejuicios recurrentes en el universo del fútbol deben entenderse como un reflejo de paradigmas que perviven entre nosotros más allá de los estadios. Así, este texto pretende abordar el fútbol como un instrumento que nos permite pensar nuestros males a largo plazo, a partir de la combinación de fuentes periodísticas con bibliografía especializada, centrándonos en tres casos distintos: la primera mitad del siglo XX; el contexto de la Dictadura Cívico-Militar brasileña en la conquista del campeonato mundial de 1970 y, finalmente, la actuación de Coligay, un grupo de hinchas vinculado al Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense a principios de la década de 1980.

**Palabras clave:** Fútbol. Sociedad. Violencia.

**Abstract:** The Soccer, a sporting activity and media product, is a privileged place for social observation. Dialoguing with the theoretical assumptions of Elias and Dunning, we understand that the expressions of violence, racism and other recurrent prejudices in the universe of football should be understood as a reflection of paradigms that survive among us beyond the stadiums. Thus, this text intends to approach soccer as an instrument that allows us to think about our ills in the long term, from the combination of journalistic sources with specialized bibliography, focusing on three distinct cases: the first half of the twentieth century; the context of the Brazilian Civil-Military Dictatorship in the conquest of the 1970 world championship and, finally, the performance of Coligay, a fan group linked to Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense at the turn of the 1980s.

**Keywords:** Football. Society. Violence.

---

<sup>i</sup> Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é professor Adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) - Campus Erechim, onde integra o corpo docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UFFS). Realizou estágio pós-doutoral na Universidade Federal do Rio de Janeiro, junto ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada.

## Considerações iniciais

As manifestações de violência associadas ao futebol, normalmente atribuídas a grupos de torcedores que agem de forma coletiva, costumam nos causar grande impacto. Ao pensarmos em exemplos, facilmente nos vêm à mente inúmeras e lamentáveis cenas envolvendo, muitas vezes (mas nem sempre apenas) torcidas organizadas por todo o Brasil.<sup>1</sup> Poderíamos pensar também nas ações dos *Hooligans* ingleses, dos *barras bravas* argentinos, ou nas manifestações de cunho racista e/ou fascista com que infeliz e frequentemente, alguns torcedores nos brindam, em diversos lugares do mundo. Os exemplos, com efeito, são muitos, e sua recorrência ao longo do tempo poderia nos levar a pensar se não existira no entorno do futebol um certo grau de violência que lhe seria inerente. Tal premissa, se aceita, colocaria em xeque a ideia apresentada por Norbert Elias e Eric Dunning de que o esporte, entendido de forma ampla, – e o futebol em especial – poderia ser entendido como elemento de civilização, uma vez que a capacidade de sublimar e substituir tensões defendida pelos autores não se efetivaria de todo (Cfe.: Elias; Dunning, 1992).

Não podemos, com efeito, pensar a existência das manifestações de violência em torno do futebol sem entender que a própria dinâmica social que lhe cerca é, ela própria, violenta. O futebol não é estrutura que exista isolada de seu entorno, dos contextos sociais, políticos e econômicos que lhe rodeiam. Ou, para lembrar aqui novamente de uma frase de Norbert Elias, “*los estudios del deporte que no son estudios de la sociedad son estudios fuera de contexto*” (Elias; Dunning, 1992, p. 39).

Neste sentido, vale lembrar que a própria dinâmica de introdução do futebol no Brasil pressupunha, em seus primeiros anos, uma prática de exclusão social, uma vez que as práticas esportivas eram entendidas como distintivas de um pertencimento às classes economicamente privilegiadas. Somente desta forma é que podemos entender as barreiras impostas pelo elitismo dos clubes no começo do século XX, que barravam negros e pobres sob a justificativa da manutenção de um espírito amador tido como indispensável à boa prática do futebol. Caso este envolvesse pessoas de classes sociais diversas, tornar-se-ia para a elite “um sacrifício, mas nunca uma diversão”, como dizia em 1913 certa revista carioca especializada em esportes (Pereira, 2000, p. 115).

Assim, o objetivo deste texto é explorar a ideia de que o futebol, enquanto fenômeno

de massas, não pode ser dissociado das múltiplas facetas que compõem a sociedade que lhe cerca, o que inclui manifestações de violência e preconceito. Como recorte, pretendemos aqui abordar a relação do futebol com alguns momentos específicos de nossa história, propondo uma análise de três casos diversos: a) o futebol no Brasil na primeira metade do século XX e sua relação com as ideias de formação da sociedade brasileira; b) O uso político do futebol pela ditadura brasileira quando da conquista do mundial de 1970 e c) as manifestações de preconceito (mas também, atualmente, de ressignificação) que envolvem a torcida “Coligay”, identificada com o Grêmio Foot-Ball Porto Alegre, e que teve sua atuação entre os anos de 1977-1980 e 1983-1985 (Rossi, 2021, p. 371). Para tanto, associaremos matérias coletadas em órgãos de imprensa com o trabalho de pesquisa na bibliografia especializada no tema.

O texto, evidentemente, não se pretende definitivo, mas busca apontar possibilidades para o desenvolvimento da percepção de que os estudos sobre os esportes em geral e sobre o futebol em particular são também estudos sobre a sociedade, tal como apontado por Elias e Dunning. Por fim, esclarecemos que a concepção de “violência” trazida aqui não se resume àquela praticada de forma explícita, abarcando outras manifestações talvez mais veladas, mas nem por isso menos cruéis, como a violência patrocinada pelo Estado ou certas práticas discriminatórias por vezes normalizadas no convívio social.

## **No rastro da abolição: o futebol e a ideia da formação racial brasileira**

É possível que um dos melhores exemplos do caráter excludente da sociedade brasileira na primeira metade do século XX nos seja oferecido pelo futebol, mais especificamente pela própria Seleção Brasileira enviada para a disputa do campeonato sul-americano de 1921 disputado na Argentina. Naquela ocasião, em troca da concessão de um auxílio de cinquenta contos de réis oferecido pelo presidente Epitácio Pessoa, a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), entidade que centralizava a administração das práticas desportivas no país, enviou um selecionado composto por jogadores brancos, visando passar uma “imagem positiva do país” e evitar possíveis manifestações de preconceito por parte dos argentinos (Franco Júnior, 2007, p. 74; Pereira, 2000, p. 175-177). Trinta e seis anos mais tarde, a seleção que faria sua estreia na Copa da Suécia entraria em campo com somente um jogador negro: Didi. E isto porque seu reserva, Moacir, era igualmente negro (Mendes, 2018).

Convém ainda lembrar que esta mesma sociedade que praticava abertamente a

segregação no campo de (e do) futebol sob o argumento de manutenção do amadorismo e civilidade, buscando assim apresentar-se como moderna ao ostentar o esporte como símbolo de uma nova relação com os corpos, longe estava de ser o propagado reino da concórdia. Com efeito, inúmeras são as referências bibliográficas que fazem menção aos apelos existentes na imprensa da época para que os distintos cavalheiros controlassem suas paixões clubísticas durante as partidas. A razão, obviamente, reside no fato de que não eram incomuns invasões de campo por parte de torcedores inconformados com derrotas de seus clubes, que, ato contínuo, desferiam bengaladas, sopapos ou golpes mais contundentes nos árbitros ou jogadores adversários.

Nas arquibancadas, a paixão clubística fazia com que, já em 1907, *sportmen* ligados ao Botafogo deixassem de lado a saudação do brilho das disputas para chorar nas arquibancadas as derrotas de seu time, explicitando a existência entre os seus sócios de uma relação muito diferente daquela que fazia deles companheiros de uma mesma luta. O surgimento de tão ardente sentimento parecia prenunciar o desfecho que teria o campeonato de 1907. Ao longo de toda a disputa, inúmeros foram os desentendimentos entre os sócios dos clubes e os filiados, historiados ao fim do campeonato em um relatório do Fluminense: o Botafogo, segundo os sócios do clube rival, teria inscrito como membros do seu primeiro time apenas “sócios que nunca jogaram *foot-ball*”, liberando com isso os melhores jogadores para disputar partidas do campeonato dos segundos times; os torcedores desse mesmo clube teriam, aos olhos dos tricolores, um comportamento condenável, “vaiando jogadores e *referees*”, chegando seus jogadores a insultar o árbitro em campo; Amílcar Pinto, capitão do América, teria mesmo agredido o juiz de uma das partidas, sob a ovação geral dos sócios do Botafogo. Por mais que essa fosse a versão de um dos times envolvidos na disputa, o clima de hostilidade entre os clubes já aparecia aí de forma clara. Separando os sócios dos muitos clubes futebolísticos da cidade em hostes francamente inimigas, estas disputas indicavam as contradições entre o apego destes *foot-ballers* aos seus times e os princípios que estavam na base da construção de uma identidade *sportman*. (Pereira, 2000, p. 79).<sup>ii</sup>

Sem dúvida, atos semelhantes ocorriam nas ligas organizadas nos bairros periféricos, onde os clubes constituídos pelos excluídos da sociedade se enfrentavam, mimetizando a prática que a elite pretendia resguardar para si. A questão a ser destacada, contudo, não está na similitude dos atos violentos, mas sim na diferença de conceituação e tratamento que ações semelhantes mereciam por parte dos jornais. As confusões ocorridas nos *grounds* dos clubes de elite não passavam de incidentes lamentáveis, fruto da exaltação de ânimos provocada pelo calor da disputa. Nas várzeas e periferias, atos semelhantes serviam como testemunho da barbárie da plebe ignara, pouco afeita aos valores da civilização, e deveriam, obviamente, ser tratados como caso de polícia. O caráter de permanência que tais diferenciações evocam em

relação ao contexto brasileiro do século XIX nos faz concordar com Maurício Murad, quando este diz:

É a sociedade brasileira e suas estruturas básicas que se oferecem à investigação, quando estudamos o nosso futebol. Pesquisá-lo é abrir um leque inimaginável de possibilidades temáticas, de trabalho, de interpretação e conhecimento em torno da realidade de nossa formação social. Tal como a história da estrutura maior, a história do futebol brasileiro é marcada por diferentes práticas de violência, as quais depositam suas raízes nas complexas articulações políticas e ideológicas, dos múltiplos e variados campos sociais de poder (Murad, 1996, p. 91).

Contudo, a partir da década de 1930, a popularização do futebol, especialmente a partir do desenvolvimento dos meios de comunicação e da profissionalização dos jogadores, faria do esporte bretão um símbolo da nacionalidade brasileira. Este fenômeno certamente não passou despercebido ao Estado, que sabidamente procurou canalizá-lo em seu favor. Assim, enquanto jornais e revistas procuravam uma compatibilidade entre a identidade brasileira e um pretense estilo de jogo nacional, os governantes passavam a receber os jogadores que representariam o Brasil nas competições internacionais. O ato, certamente, não era desprovido de significados, pois aproximava a figura do governante ao “brasileiro comum”, apaixonado por futebol, ao mesmo tempo em que o apresentava como o “torcedor número um” do país.

“CONTACTO com as massas sempre foi cultivado por Getúlio, que democraticamente recebia as delegações de futebol. Ei-lo aqui apertando a mão de Adãozinho, jogador gaúcho em disputa no Rio. ‘Como é seu nome?’ – perguntou Getúlio Dorneles Vargas ao moreno. ‘Adão Dorneles, respondeu o craque. ‘Se é Dorneles, é bom’, disse o presidente”.<sup>iii</sup>

O caráter excludente da sociedade brasileira encontraria ressonância, ainda, ao longo da década de 1950, nas três copas disputadas naquela década. Inicialmente, a Copa do Mundo disputada no Brasil e que culminou com a derrota para o Uruguai no famoso “Maracanaço” colocou em evidência todos os preconceitos que historicamente integram a sociedade brasileira. Com efeito, ao evocar como razões para a derrota uma pretensa falta de fibra, de garra e de amor à pátria por parte dos jogadores brasileiros, ao evocar uma hipotética inaptidão nacional às grandes conquistas e grandes feitos, há evidentes referências à nossa própria formação histórica e racial, vista por muitos intelectuais em fins do século XIX e começo do século XX como problemática devido à características que seriam “naturais” a negros e indígenas, reforçadas pelo somatório do português de segunda linha (o que equivalia a um Europeu de

terceira) que aqui aportou. Os argumentos de obras como “Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira” de Paulo Prado<sup>iv</sup>, escrito originalmente em 1928, são perceptíveis em matérias tais como esta, publicada no jornal *A Tarde*, de Salvador:

E por que perdemos?

Perdemos não só pelas falhas gritantes de Bigode e Barbosa, nos dois lances que redundaram em tentos uruguaios, como também pela falta de fibra, de energia e de brios dos nossos jogadores “que se esqueceram que estavam disputando uma Copa do Mundo”. Além disso, houve muita máscara e excesso de otimismo, pois, segundo os jornais, o nosso team era o melhor do mundo e nosso trio atacante era fenomenal.<sup>v</sup>

Quatro anos mais tarde, quando da Copa da Suíça, o fraco desempenho da seleção, eliminada ainda na primeira fase demandaria a realização de estudos para de mapear quais motivos justificariam os fracassos nacionais nos gramados. Segundo Simoni Guedes, naquele momento, João Lyra Filho, presidente do CND, encontraria a explicação na “formação e estado presente do povo brasileiro”, estipulando um quadro comparativo que, se não era inspirado nas teorias eugenistas do começo do século XX e nas interpretações de Paulo Prado, certamente não ficava lhes devendo em nada. Em suas explicações para o fracasso, Lyra Filho estipulou que os brasileiros seriam caracterizados pelo seguinte conjunto de atributos: capacidade de improvisação, denodo, impavidez, brio, físico, instintividade, naturalidade e espontaneidade. A isto se contraporiam os europeus, cujos traços essenciais seriam: raciocínio, desenvolvimento da mente, espírito, maturidade, autocontrole, cultura e experiência (Guedes, 1998, p. 28). Mais uma vez, eram buscados elementos pretensamente atribuídos à formação nacional que justificassem não somente nossos insucessos, mas também, para além dos fracassos dentro das quatro linhas, o conjunto de nossas mazelas nacionais, posto que o quadro de Lyra Filho poderia facilmente ser transposto para todas as demais atividades cotidianas.

Se a campanha vitoriosa em 1958 poderia oferecer um contraponto às leituras negativas da nacionalidade brasileira, a famosa crônica de Nelson Rodrigues, estabelecendo o conceito da “Síndrome de Vira-Latas” calou fundo na alma nacional.

Por *complexo de vira-latas* entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo. Isto em todos os setores e, sobretudo, no futebol. Dizer que nós nos julgamos *os maiores* é uma cínica inverdade. Em Wembley, por que perdemos? Porque, diante do quadro inglês, louro e sardento, a equipe brasileira ganiu de humildade. Jamais foi tão evidente e, eu diria mesmo, espetacular o nosso vira-latismo. Na já citada vergonha de 50, éramos superiores aos adversários. Além disso, levávamos a vantagem do empate. Pois bem: – e perdemos

da maneira mais abjeta. Por um motivo simples: – porque Obdulio nos tratou a pontapés, como se vira-latas fôssemos (Rodrigues, 1994, p. 52).

Pouco importa que, após a conquista do título, o próprio Nelson Rodrigues tenha escrito uma nova crônica, agora afirmando que éramos “ex-buchos”. A ideia de que o brasileiro se punha voluntariamente em uma posição de inferioridade diante do resto do mundo, que ganíamos diante de um quadro louro e sardento, já estava posta no papel, encontrando, a partir de então, diversas oportunidades para ser citada e, pela repetição, reforçada.

Percebamos que as interpretações feitas por intelectuais e jornalistas acerca de nossa própria brasilidade ajudam a explicar a naturalização de certo de nível de violência existente na sociedade brasileira como um todo, e não somente nos campos de futebol. Àqueles que eram descritos como “instintivos, naturais, espontâneos e improvisadores” – todas características de certa forma ligadas à natureza e, por extensão, à ausência de desenvolvimento civilizacional, e aos quais se contrapunham os autocontrolados, cultos e experientes – correspondiam socialmente aos mesmos que, ao longo de nossa história vivenciaram, no papel de escravizados, trabalhadores ou excluídos, a expansão da economia agroexportadora e industrial brasileira, o crescimento urbano, a ampliação da concentração fundiária e a continuidade de práticas políticas clientelistas que em nada ajudaram a diminuir nossas mazelas sociais. Trata-se antes de um longo e permanente processo de aprofundamento das desigualdades nacionais cujas sequelas dispensam maiores comentários.

## **Brasil, 1970: futebol, ufanismo e inimigos internos**

As relações entre o contexto político nacional e o futebol foram especialmente visíveis no início da década de 1970, quando a conquista do tricampeonato mundial pelo selecionado brasileiro foi utilizada como instrumento de propaganda pelo regime ditatorial. Refletindo as estruturas militarizadas que então se espraiavam por entre a sociedade, a organização do selecionado no México foi montada de forma a privilegiar uma massiva participação de militares responsáveis não somente pelas relações da equipe com o mundo externo ou pela sua segurança, mas também por fiscalizar para que nenhuma manifestação desabonatória ao governo brasileiro fosse emitida por parte dos atletas. Assim, o Almirante Heleno Nunes, que à época comandava a CBD no plano esportivo e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) no plano político, entregou a chefia da delegação ao coronel Tinoco Marques e ao brigadeiro

Jerônimo Bastos. O major Kleber Camerino desempenhava a função de secretário, enquanto o tenente Osvaldo Costa Lobo atuava como assessor. A supervisão geral ficava a cargo do Major Carlos Cavalheiro, enquanto a equipe responsável pela preparação física contava com o capitão Cláudio Coutinho, o tenente Raul Carlesso e o civil Carlos Alberto Parreira. Também integrava a delegação o major Roberto Câmara Ypiranga dos Guaranis, nome ligado à prática da tortura e ao plano abortado de explosão do Gasômetro do Rio de Janeiro que, caso consumado, resultaria em presumíveis cem mil mortes com o único intuito de culpabilizar a esquerda brasileira e assim aprofundar a ditadura no Brasil (Franco, 2007, p. 145; Fraga, 2011, p. 8). Da seleção, assim como do povo, era exigido o silêncio e o trabalho, algo que, no caso do escrete canarinho, ficaria imortalizado na alcunha de “formiguinhas do Zagallo”. O desenvolvimento atrelado ao capitalismo e à segurança nacional eram assim os objetivos máximos do regime que se aproveitava do futebol para vender uma imagem positiva de si próprio

A vitória no México evidentemente seria utilizada pelo regime militar como propaganda para mostrar um país com um governo e um projeto vitoriosos. Muito embora a ação governamental neste sentido pareça (e ao cabo tenha sido) resultado de uma ação elaborada, há que se lembrar que a mesma só faria sentido após a conquista do tricampeonato, o que faz transparecer o uso político do resultado.<sup>vi</sup> Para isto, a ação da grande imprensa foi de fundamental importância. Basta recordarmos, a título de exemplo, as matérias divulgando a recepção dada pelo presidente-ditador Médici aos jogadores campeões, em um ato que possuía um sentido muito mais profundo do que o de uma simples recepção. Ao apresentar-se como um “amante do futebol”, Médici, assim como outrora fazia Vargas, estabelecia uma aproximação simbólica com o povo, como se declarasse compartilhar de um elemento com forte apelo junto à cultura popular. Ao mesmo tempo, receber o selecionado significava se colocar como o grande representante do Brasil, o “torcedor número um”.

O apoio dos órgãos de imprensa ao regime ditatorial, inclusive utilizando o futebol como elemento de propaganda e legitimação, pode ser facilmente buscado nos exemplares da época. Peguemos aqui um exemplo do jornal porto-alegrense *Correio do Povo*, de 23 de junho de 1970, que assim trazia em seu editorial:

Há, contudo, na homérica proeza dos pupilos de Zagalo, outro aspecto digno de nota: o de propaganda – o de boa propaganda – do Brasil no Exterior. Somos um país quase ignorado no resto do mundo. E que ultimamente, ainda por cima, entrou a sofrer uma campanha organizada e teledirigida de difamação e calúnias, por obra da conspiração

esquerdista mundial, que porfia em ver o Brasil transformado numa “República Popular”, ao figurino de Cuba ou da Tcheco-Eslováquia. Então, por isso, se trata de desmoralizar os governantes e as elites brasileiras, e de pintar o nosso país como um desolado e triste cenário de opressão, miséria e fome. Mas como num país em tão calamitosas condições de vida pode ser organizada uma seleção de jogadores de futebol, saída das camadas mais humildes do povo, com um vigor físico, uma habilidade, uma arte e uma alegria de competir esportivamente que chegam a suplantar o que apresentam as representações de nações desenvolvidas e de milenar civilização? Vamos convir [que] a “Jules Rimet”, em mãos dos brasileiros, se constitui numa pílula demasiado amarga para os detratores do Brasil.<sup>vii</sup>

Gostemos ou não, o regime militar acabou deixando suas marcas no futebol brasileiro. O surgimento do campeonato nacional em 1971, pródigo ao longo do tempo em inventar fórmulas que comportassem cada vez mais times conforme as necessidades eleitorais da ARENA, possuía o claro intuito de fomentar, através do esporte, a sensação de uma integração a uma coletividade maior – o que nos remete à ideia de comunidades imaginadas desenvolvido por Benedict Anderson (Anderson, 2008). Irmanados sob o manto da seleção, o campeonato abria espaço para que as identidades regionais – as partes diferentes de um todo – encontrassem espaço de manifestação através de seus clubes mais representativos. Criava-se também um conhecido bordão, que refletia as relações entre a política e o futebol no período: “Onde a ARENA vai mal, mais um time no nacional. E onde a ARENA vai bem, mais um time também”.

A concepção de cidadania no Brasil neste período é uma questão complexa. Inicialmente, podemos questionar quais eram os brasileiros que integravam os “noventa milhões em ação” exaltados pela propaganda oficial de 1970. Cremos que a resposta “todos” esteja longe de ser satisfatória. Em primeiro lugar, porque o processo do “milagre brasileiro”, até hoje lembrado por muitos como a grande benesse do regime militar, não era uma realidade que contemplasse o conjunto da sociedade brasileira. Com efeito, o aquecimento econômico do período, capitaneado pela produção voltada ao consumo de bens duráveis, encontrava sua sustentação no arrocho salarial, na explosão demográfica urbana e no desenvolvimento de uma malha energética voltada à produção de eletricidade para a indústria. O êxodo rural, associado ao aumento da miséria urbana e ao crescimento de favelas sem as menores condições estruturais, produziu um aumento exponencial do fosso entre os mais pobres e os mais ricos, elevando a criminalidade e produzindo um assustador aumento no número de menores vivendo em situação de rua (Cfe: Fraga, 2011).

Outra questão do período refere-se a um dos pilares básicos de sustentação das doutrinas de Segurança Nacional que vigoravam durante as ditaduras no Cone Sul. Trata-se da

construção do inimigo interno, elemento a ser combatido e que justificava a organização e manutenção das estruturas repressivas subterrâneas, seja individualmente, em cada país, seja através da ação coletiva da Operação Condor (Padrós, Marçal, 2000). Perceba-se que, ao transformar o opositor em um inimigo interno, retirava-se dele o pertencimento ao conceito básico de cidadania. Ele passava a ser percebido, ao menos oficialmente, como um intruso dentro da ideia da Comunidade Imaginada, ainda que ele dividisse os mesmos códigos sociais e culturais com as pessoas ao seu redor. Também neste sentido, a imprensa atuou de forma exemplar, traçando paralelos entre os cidadãos patriotas e aqueles que, ao combater os regimes de exceção, eram rotulados como inimigos. Trazemos aqui mais um exemplo neste sentido, retirado da Revista *Manchete* de 11 de julho de 1970, e assinado pelo jornalista Murilo Melo Filho. Perceba-se como o discurso futebolístico foi utilizado para rotular negativamente àqueles que lutavam contra as arbitrariedades cometidas pelos agentes da ditadura, em oposição ao caráter de festividade e disciplina que seriam as marcas dos verdadeiros brasileiros.

Acontece, porém, que vários torcedores, expulsos dos estádios e proibidos de neles ingressar por dez anos, organizaram-se fora deles e partiram para o crime e o desespero. Substituíram as bandeiras pelas armas, as faixas pelas bombas e as camisas pelas máscaras.

Que torcedores tão fanáticos eram esses? Quando presos ou liberados nos resgates, verificava-se que não se tratava dos crioulos das gerais ou dos operários das arquibancadas, mas sim de jovens estudantes, das cadeiras de pista, com média de 23 anos de idade, fascinados pelo delírio da aventura e enlouquecidos pela sede de violência que desaguaria numa onda de atentados, sequestros e assaltos a mão armada (...)

O presidente da República, que havia assistido ao jogo contra a Áustria, última (e melhor) prova antes da partida, pediu a seu filho Roberto que fosse ao vestiário dizer ao capitão Carlos Alberto:

-Traga essa Copa. Nunca precisei tanto de um caneco.

-Diga a seu pai que pode ficar descansado. Nós traremos o caneco.

E se o capitão falou, estava falado. A promessa seria cumprida ao longo de seis provas duríssimas, nas quais um grupo de brasileiros patriotas, humildes, disciplinados e capazes – indivíduos competentes, olha a camisa deles! - deslumbrou o mundo inteiro com seu futebol-arte (...).

(...) A turma do sereno não estava satisfeita com toda essa alegria, assaz desinteressante para os planos negativistas do quanto pior melhor, do povo triste, do país derrotado, da nação incapaz. Na fumaça das comemorações da vitória sobre o Peru, espocavam outros tiros menos festeiros e mais certos. Mas nem mesmo o sequestro do embaixador de um país que poderíamos enfrentar nas semifinais conseguiu desviar o povo das celebrações que, num crescendo, desaguariam no maior carnaval de todos os tempos. O Brasil estava muito ocupado com seus triunfos para preocupar-se com seus terroristas.

-Vamos, minha gente (...)

Quem, por exemplo, esperasse uma caça às bruxas ou uma noite de São Bartolomeu logo após o reaparecimento do embaixador alemão, recebeu a notícia da Rodovia Transamazônica (...).

E pela primeira vez, nestes seis anos, abriram-se ao povo os portões do Palácio da Alvorada. E o povo confraternizou com seu presidente, jogou bola com ele, penetrou na zona do agrião, tirou de letra, deu de chilena e de primeira, estendeu um lençol, fez o corta-luz e a ponte, os passes de profundidade e a cobertura, os dois toques e a embaixada.

-Ninguém segura este país.<sup>viii</sup>

Há uma pequena frase neste excerto que gostaríamos de destacar, uma vez que assinala a existência de uma inversão discursiva muito interessante neste período. A frase é: “A turma do sereno não estava satisfeita com toda essa alegria, assaz desinteressante para os planos negativistas do quanto pior melhor, do povo triste, do país derrotado, da nação incapaz”. Devemos lembrar aqui que a ideia do povo triste, e triste porque mestiço e, por mestiço, condenado à derrota e incapaz de grandes feitos foi emitida, ao longo do século XIX e durante boa parte do século XX justamente por parte da elite brasileira, referindo-se à nossa constituição racial como um elemento de caráter extremamente negativo. Agora, diante do momento de propaganda positiva proporcionada pela vitória do selecionado de 1970, o sinal se invertia, e o Estado que representava no plano econômico o interesse da alta elite brasileira, passava a atribuir ao povo – alegre e ordeiro – uma característica positiva, desde que este povo se mostrasse submisso, integrado ao projeto de desenvolvimento e afeito à política de segurança nacional. Em outras palavras: o poder de atribuir o sinal negativo, de construir o outro, responsabilizado pelo atraso e pelas mazelas sociais brasileiras pertence sempre àqueles que detém o poder. E contestar este poder é crime tão grave quanto “secar” a seleção em campeonato mundial.

## **Coligay: do preconceito ao resgate**

A ditadura brasileira ainda debatia-se em uma abertura “lenta, gradual e segura” quando as arquibancadas do Estádio Olímpico Monumental, em Porto Alegre, presenciaram o surgimento de uma torcida que marcaria época, tanto por sua proposta quanto por sua estética: a Coligay, torcida organizada do Grêmio *Foot-Ball* Porto-alegrense que ficaria marcada como paradigmática no que se refere à manifestação homossexual no meio esportivo, e, por extensão, dos preconceitos que envolvem a homossexualidade em uma sociedade alicerçada sobre valores patriarcais e machistas.

A Coligay foi fundada por Volmar Santos, gerente de uma boate chamada “Coliseu”,

*point gay* porto-alegrense da época. Embora tenha surgido de forma discreta em uma partida disputada em abril de 1977, logo ganhou visibilidade pela sua proposta: uma torcida que apoiaria o time durante toda a partida, expressando sua identidade clubística com alegria. A Coligay logo ganharia os holofotes da imprensa por sua composição, seu vestuário (por vezes longas batas tricolores) e suas festivas manifestações de apoio ao clube. Rossi nos chama a atenção para o contexto cultural e histórico que cerca sua fundação:

A importância do contexto em que surge a torcida deve ser destacada. A Coligay passa a existir – dentro de um estado culturalmente arraigado às tradições do passado, que evocam o mito de um gaúcho macho e varonil – num momento bem específico em que está iniciando o processo de abertura política do regime militar, onde aparecem formas alternativas de manifestação e onde proliferam os novos movimentos sociais; é também o período em que o futebol brasileiro está em seu auge e quando são criadas as novas e independentes torcidas organizadas de futebol. Tudo isso tem influência direta ou indireta no surgimento da Coligay (Rossi, 2021, p 371-372).

Com efeito, as tradições culturais que fundamentam a imagem do “gaúcho macho e varonil” e a existência da Coligay andariam juntas para além da existência da própria torcida. Inicialmente, diversas seriam as manifestações de desagrado oriundas do próprio Grêmio, fosse de dirigentes, torcedores ou mesmo de atletas. Ao mesmo tempo, sua existência seria motivo de chacota por parte dos adversários, que assim associariam o Grêmio e sua torcida de forma pejorativa à homossexualidade. Neste sentido, Rossi nos lembra que este “sempre foi um assunto tabu no mundo do futebol, sobre o qual pouco se comenta. A torcida costuma associá-lo aos times adversários, ao juiz e aos dirigentes em suas falas e xingamentos” (Rossi, 2021, p. 361).

Por óbvio, o foco desta discussão pode e deve ser transportado para um cenário maior, onde a manifestação da homossexualidade nas arquibancadas, reproduzindo o que ocorria fora delas, ensejaria uma reação de violência naturalizada pela sociedade. Referindo-se ao cenário carioca, Luíza dos Anjos nos aponta para a resistência que torcidas como a Fla-Gay (Flamengo) e a Fo-Gay (Botafogo) encontraram por parte de dirigentes e outros torcedores. Segundo a autora, apenas dois dias após o Jornal dos Sports anunciar a criação da torcida Fla-Gay, o mesmo veículo de imprensa traria a manifestação do supervisor do Flamengo, Domingo Bosco, afirmando que “o Flamengo não é lugar para isso”. Ao mesmo tempo, torcedores do Flamengo e representantes das demais torcidas organizadas protestavam contra a criação da nova associação (Anjos, 2022, p. 148), não hesitando em usar palavras bem mais incisivas.

Na semana do anúncio, representantes de Flamante, Dragões Rubronegros e Raça Rubronegra foram à sede do rubro-negro expor seu descontentamento: disseram que a Fla-Gay é uma desonra para o clube e não fará qualquer evolução. Vários representantes de outras facções também solicitaram ao chefe do policiamento do Maracanã que não permitisse a Fla-Gay dentro do estádio, sob o risco de confronto (Anjos, 2022, p. 148).

Apesar do consenso de diferentes representantes do clube, Russão, chefe da maior torcida organizada do alvi-negro carioca, afirmou que a maioria das facções era “totalmente contrária à torcida gay”. Seguindo o discurso ameaçador das TOs do Flamengo contra a Fla-Gay, disse que “até conflitos físicos poderão acontecer [...] e que, tal qual Márcio Braga [presidente do Flamengo à época], também buscaria o batalhão responsável pelo policiamento do Maracanã para impedir a chegada do grupo a arquibancada (Anjos, 2022, p. 155).

Apesar das resistências e preconceitos que haviam em seu entorno, o grupo conquistou seu lugar nas arquibancadas e se manteve em atividade até 1980, quando encerrou sua presença “por falta de apoio e incentivo por parte do Grêmio e devido às represálias sofridas da direção do clube, que nunca teria aceitado a torcida” (Rossi, 2021, p. 371). As atividades seriam retomadas em 1983, seguindo até 1985, porém sem o mesmo sucesso anterior. Mais do que contar a história da torcida, interessa-nos aqui refletir um pouco sobre seu significado, sua relação com o entorno, e sobre uma certa ressignificação que parece ter ocorrido em seu legado.

Pensemos inicialmente nas motivações que levaram à fundação da Coligay, afinal, o surgimento de um grupo de torcedores assumidamente homossexuais em um ambiente marcado pelos discursos e práticas de afirmação de masculinidade (o que inclui atos de violência física e repúdio à homossexualidade) certamente pressupõe a consciência da inevitabilidade de certo nível de enfrentamento. Tanto os trabalhos de Élvio Rossi quanto de Luíza Aguiar dos Anjos enfatizam que a principal motivação para a fundação da Coligay seria a constatação, por parte de seu fundador, Volmar dos Santos, de que a torcida do Grêmio teria um perfil demasiadamente acomodado, se limitando a assistir aos jogos com manifestações de apoio muito eventuais. Não haveria assim maiores pretensões de fazer daquela presença um ato de afirmação política. Ainda, em especial através do trabalho de Luiza dos Anjos, podemos perceber a existência de uma parcela de torcedores que, sublimando ou ocultando sua homossexualidade, se inseriam no ambiente do estádio, participando mesmo de outras torcidas organizadas antes da criação da Coligay. Em outras palavras, a presença e participação destes torcedores nas arquibancadas pressupunha a imposição de um comportamento padrão, que não

vinculasse o ato de torcer a uma sexualidade tida como desviante. Ou ainda: impunha-se não apenas um controle, mas um autocontrole dos corpos.

Podemos, desta forma, afirmar que a história da relação entre as torcidas gays e as manifestações de homofobia nos estádios desvela, para além de violências explícitas, formas sutis mas nem por isso menos cruéis de violência, associadas à interdição de espaços de acesso público em virtude de uma determinada identidade ou, pelo caminho inverso, à necessidade de sublimar ou mesmo negar determinada identidade para que tais espaços viessem a ser acessados. Assim, concordamos com Rossi quando este nos aponta para o sentido mais amplo da criação e atuação da Coligay, ainda que passasse despercebido para seu fundador e seus integrantes.

Embora talvez não tenha sido essa [uma atuação política] a finalidade do grupo e não houvesse a intenção de fundar um movimento gay organizado a fim de lutar pelos direitos de igualdade e cidadania (como ocorre nessa época no centro do país), acredito que aquelas pessoas estavam, naquela época e naquele espaço, atuando politicamente e contribuindo possivelmente para futuros movimentos e para uma maior visibilidade. Em outras palavras, pretendo afirmar que não é somente através da militância *gay* que os espaços e direitos são conquistados, mas a partir de qualquer manifestação de sentimentos individuais ou participação em grupos sociais, independentemente de sua finalidade (Rossi, 2021, p. 358).

Parece-nos importante salientar na citação acima a ideia de conquista, seja do direito de frequentar um espaço, seja de afirmar de forma pública, legítima e orgulhosa, uma identidade. Havia uma questão de cidadania a ser afirmada, ainda que a cultura constituída, regional e nacionalmente, naturalizasse a supressão desta cidadania para aquelas pessoas, o que, em última instância, equivale a naturalizar um ato de desumanização do outro através de relações de poder e/ou violência.

Compreender a homofobia ultrapassa os estudos isolados de preconceito social e de cunho psicanalítico, exigindo atenção às relações de poder, de gênero e de sexualidade presentes na cultura e que definem a própria constituição dos sujeitos. Desse modo, as homofobias, como o sexismo e a violência de gênero, se manifestam tanto na esfera do sujeito – na relação com si e com o outro – quanto nas matrizes culturais de uma sociedade (Anjos, 2022, p. 225).

Ainda que tenha tido uma existência relativamente breve, a força da ação da Coligay pode ser medida pela permanência de sua memória, que por muito tempo foi evocada pelos rivais como argumento de humilhação, e por muitos gremistas como motivo de

constrangimento. Apenas a título de exemplo, no dia 27 de maio de 2009, em uma partida pela Taça Libertadores da América contra o Caracas, na Venezuela, surgiu uma grande faixa na torcida venezuelana com a palavra “COLIGAY” em garrafais letras pretas e azuis. A imagem pode ser encontrada na internet, junto com a legenda escrita à época em uma matéria jornalística:

Pode ser coisa de colorado infiltrado, pode ser coisa de venezuelano que pesquisou a história do Grêmio. O fato é que uma faixa chamou a atenção no Estádio Olímpico da Universidade Central da Venezuela nesta quarta-feira, antes do jogo contra o Caracas. Com letras pretas e azuis, a mensagem resgata a Coligay, polêmica reunião de torcedores homossexuais que existiu nos anos 70 no Rio Grande do Sul.<sup>ix</sup>

A história da Coligay, desta forma, foi, por muito tempo, objeto de apagamento e constrangimento, sendo também um argumento para a torcida adversária, que assim associava de forma pejorativa o Grêmio e sua torcida à homossexualidade. Desta forma, não nos causa estranheza a afirmação de Élvio Rosi de que ao realizar a sua pesquisa em 2002, não havia no Museu do Grêmio qualquer registro ou informação a respeito da torcida (Rossi, 2021, p. 371).

Todavia, a história da Coligay passou a ser ressignificada nos últimos anos, por dois motivos específicos, e ambos nos apontam para as formas com que o futebol é influenciado pelo entorno que lhe cerca. Em primeiro lugar, há que se considerar a ascensão dos novos movimentos sociais e dos grupos que lutam pelos direitos das ditas “minorias”, o que inclui aqueles que defendem a pauta LGBTQIA+. Mais do que pequenas vitórias pontuais, a ação destes novos movimentos, ao trazer à tona a noção do que seja politicamente correto, traz consigo a ampliação da ideia de cidadania e a criminalização das manifestações de preconceito, inclusive através da legislação esportiva. Especificamente associado ao futebol, este movimento associa-se à constituição de um novo público frequentador e de novos padrões de comportamento ligados à modernização dos principais estádios. Sobre isto fala Luiza dos Anjos:

O comportamento mais disciplinado das torcidas não decorre, contudo, a partir apenas de um novo perfil de público frequentador, mas também de uma maior atenção e controle aos/torcedores/as e suas práticas, muitas das quais associadas ao que é tipicamente popular. Envolvendo aí orientações para que o público assista aos jogos sentado, proibindo ou restringindo artefatos tradicionais (como bandeirões, faixas, sinalizadores e foguetes) e a expressão de certos xingamentos ou termos preconceituosos. Contribuiu com isso, o estabelecimento de normativas vindas da FIFA e de federações nacionais, as quais impõem interdições a práticas historicamente

autorizadas nos estádios de futebol, entre as quais gritos e cânticos que fazem uso de termos machistas, racistas e homofóbicos (Anjos, 2022, p. 320-321).

No campo da historiografia e da memória, todo este movimento nos levou ao desenvolvimento de um campo voltado ao estudo dos assim chamados “grupos minoritários” e suas demandas, onde se encaixa, por óbvio, a reescrita da história da Coligay, agora sob um viés positivo.

Há, contudo, um segundo movimento que colabora para a ressignificação da história da Coligay, desta vez associada ao próprio clube. A exemplo de tantos outros grandes clubes do Brasil e do mundo, o Grêmio tem sua fundação e seus anos iniciais marcados pela tentativa de distinção social, levando certo tempo para que começasse a desenvolver ações no sentido de se tornar um clube popular. Sabidamente, um momento de inflexão neste sentido se deu em meados da década de 1950, com a contratação do atacante negro Tesourinha, outrora ídolo do Internacional, e a transferência do clube para o Estádio Olímpico Monumental, localizado em um bairro popular da cidade (ao contrário do que ocorria com o velho Estádio da Baixada, localizado no elegante Moinhos de Vento).

Quando comparado ao seu tradicional rival, o Internacional, o Grêmio desenvolve tais movimentos em busca de popularização com duas décadas de atraso, tempo suficiente para solidificar por anos a ideia de que seria o Grêmio um clube “de elite”, enquanto seu rival seria “o clube do povo”. Ainda que tais imagens não encontrem atualmente uma maior sustentação na realidade, o assunto voltou a tona em 2014, quando ofensas racistas foram proferidas contra o goleiro “Aranha”, em uma partida do Grêmio contra o Santos Futebol Clube. O caso, que teve ampla repercussão, acabou com a responsabilização de uma torcedora e a punição ao clube, que acabou assim eliminado da Copa do Brasil daquele ano. As consequências levaram a instituição, por um lado, a aumentar a vigilância contra cânticos e manifestações preconceituosas. Por outro, tornou-se perceptível a ocorrência de ações visando reforçar a ideia de que o Grêmio seria um clube plural e aberto à diversidade, o que inclui medidas institucionais como a adoção de um novo mascote (o “Flecha Negra”, em referência ao ex-atacante Tarciso) e a produção de publicações como os livros “Somos Azuis Pretos e Brancos” e “Coligay: tricolor e de todas as cores”, ambos de autoria do jornalista Léo Gerchmann.

O que argumento é que num cenário de visibilidade e reivindicações de minorias sociais na sociedade brasileira, e de elitização e vigília aos comportamentos nos

estádios, diferentes agentes pertencentes ao universo do futebol e, nesse caso, mais especificamente, do Grêmio – jogadores, treinadores, torcedores/as, dirigentes, jornalistas –, de diferentes formas, vêm se rearticulando no sentido de ressignificar memórias do clube. Identifica-se como um clube de todos é uma óbvia intenção do Grêmio. Quais ações isso implica e quais os limites desse projeto são pontos ainda em disputa (Anjos, 2021, p. 393-394).

## Considerações Finais

Gostaríamos de encaminhar o encerramento deste texto trazendo a questão para o presente e destacando três itens que, cremos, não podem ser esquecidos ao nos referirmos sobre as atuais relações entre o futebol e a violência. O primeiro, que pode ser pensado em um sentido mais global, e não somente brasileiro, diz respeito à persistência de manifestações preconceituosas, seja qual for a natureza, dentro do âmbito do futebol. Como já apontamos, não podemos pensar a existência do futebol enquanto estrutura separada do mundo. As manifestações de preconceito existem no âmbito esportivo pelo simples fato de que as sociedades são preconceituosas. Não podemos pensar o machismo, a homofobia, o racismo ou qualquer outro tipo de preconceito como um fenômeno restrito às arquibancadas. Os torcedores que expressam seus preconceitos em estádios não são uma espécie de Dr. Jeckyl a transformar-se em Mr. Hyde quando atravessam as catracas. Nosso comportamento na arquibancada revela também aquilo que temos escondido dentro de nós.

Um segundo elemento, associado ao anterior, e que igualmente pode ser pensado em termos globais ao pensarmos sobre as relações entre futebol e violência no tempo presente, diz respeito às diversas possibilidades identitárias e, novamente, aos preconceitos a elas associados. Ainda que eu saiba que a construção da minha identidade positiva de torcedor passe pela construção de uma identidade negativa do torcedor do clube rival, a transposição deste sentido para rivalidades regionais ou nacionais apenas demonstra o quanto ainda temos a andar na construção de um mundo mais justo. Poderíamos também pensar em como os estereótipos são transformados em um pretense “estilo de jogo”, sem maiores análises críticas. Se tomarmos o caso brasileiro como exemplo, podemos recuperar todos os estereótipos historicamente formulados para construir tais “estilos de jogo” dentro do país. Assim, o futebol carioca seria “malandro”; o futebol baiano seria marcado pela ação do sobrenatural através dos vínculos com as religiões afrobrasileiras; o futebol paulista “eficiente” e os gaúchos nem futebol brasileiro jogariam, dada a sua característica muito mais próxima do futebol platino. A existência de tais

estereótipos, construções discursivas evidentes, dizem muito a respeito de uma formação nacional mal consolidada, onde as relações se dão sempre no sentido de centro-periferia, refletindo a própria forma com que vemos os membros das outras unidades da federação. Isto, evidentemente, pode ser transferido para a forma com que vemos a nós mesmos e às outras nacionalidades – associando uma imagem previamente construída a um pretensão estilo de jogo. Certamente o conjunto destes “estilos” deve dizer muito sobre as relações internacionais nos dias de hoje.

Em terceiro lugar, há, evidentemente, a perspectiva, em essência correta, de que a violência no futebol se dê a partir de um mundo marcado por uma forte crise de valores morais, onde a falta de perspectivas dos torcedores – notadamente os mais jovens – os faz descarregar na paixão clubística e nas rivalidades toda a frustração de uma existência marcada pela falta de horizontes, de objetivos e de um sentido último para a própria vida. Embora consideremos tal discurso legítimo, cremos que há elementos que devem ser analisados conjuntamente, a fim de que o “torcedor de futebol” em geral não seja rotulado a priori como alguém intrinsecamente violento. Crises econômicas, desemprego, sistemas educacionais precários ou mesmo a construção de uma identidade nacional sobre bases xenofóbicas tendem a produzir graus maiores de violência social, o que se reflete também nas arquibancadas, mas não somente nelas.

Evitemos, pois, pensar o futebol como prática isolada de seu contexto. O que se passa dentro dos campos, nas arquibancadas ou mesmo longe delas, ou a forma com que nos relacionamos com o jogo, diz muito sobre nossas histórias, sobre nossas práticas culturais e, em essência, sobre nós mesmos.

## Fontes

A TARDE. Salvador, 19 de julho de 1950, p. 5.

CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 19 de junho de 1970, p. 4.

MANCHETE. Rio de Janeiro, 11 de julho de 1970, p. 20-21.

REVISTA DO GLOBO. Porto Alegre, 13 de maio de 1950, p. 48-49.

## Referências

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do

nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANJOS, Luiza Aguiar dos. A rememoração da torcida Coligay como parte da construção do clube de todos. In: GUAZZELLI, César; FRAGA, Gérson; STÉDILE, Miguel; QUINSANI, Rafael (Orgs.). **À sombra das chuteiras meridionais: uma história social do futebol (e outras coisas)**. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

ANJOS, Luiza Aguiar dos. **Plumas, arquibancadas e paetês: uma história da Coligay**. Santos: Dolores Editora, 2022.

CABRERA DURÁN, Nicolas; SOUSA, Raquel de Oliveira. Violências no futebol brasileiro: uma análise dos casos registrados em 2023. **Revista História: Debates & Tendências**. Passo Fundo: PPGH/UPF, Vol, 24, nº 3, p. 184-204, set.-dez. 2024.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **Deporte y ocio en el proceso de la civilización**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FRAGA, Gérson Wasen. Futebol, imprensa e ditadura: das formiguinhas de Geisel à abertura de Telê. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: Anpuh, 2011**. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300985039\\_ARQUIVO\\_Dasformiguinha\\_sdeGeisel.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300985039_ARQUIVO_Dasformiguinha_sdeGeisel.pdf).

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A dança dos deuses: futebol, sociedade, cultura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FREYRE, Gilberto. Prefácio à 1ª Edição. In: FILHO, Mário. **O negro no futebol brasileiro**. Rio de Janeiro: MAUD, 2003.

GUEDES, Simoni Lahud. **O Brasil no campo de futebol: estudos antropológicos sobre os significados do futebol brasileiro**. Niterói: EDUFF, 1998.

MENDES, Fábio. **Campeões da raça: os heróis negros da Copa de 1958**. Mogi das Cruzes: Shuriken Produções, 2018.

MURAD, Maurício. Futebol e violência no Brasil. **Revista de Campo**. Rio de Janeiro: UERJ, nº 3 / 4, p. 89-103, 1996.

PADRÓS, Enrique Serra; MARÇAL, Fábio Azambuja. Terror de Estado e Doutrina de Segurança Nacional: os “anos de chumbo” no Brasil e na América Latina. **Ciências & Letras: Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras**. Porto Alegre: FAPA, n.28, p. 55-99, jul.-dez. 2000.

PEREIRA, Leonardo. **Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro – 1902-1938**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

RODRIGUES, Nelson. **À sombra das chuteiras imortais: crônicas de futebol**. São Paulo:

Companhia das Letras, 1994.

ROSSI, Élvio Antônio. Coligay: a torcida que “saiu do armário”. In: GUAZZELLI, César; FRAGA, Gérson; STÉDILE, Miguel; QUINSANI, Rafael (Orgs.). **À sombra das chuteiras meridionais: uma história social do futebol (e outras coisas)**. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

## Notas

<sup>i</sup> Para um estudo recente a respeito da violência no universo do futebol brasileiro, ver: CABRERA DURÁN, Nicolas; SOUSA, Raquel de Oliveira. Violências no futebol brasileiro: uma análise dos casos registrados em 2023. *Revista História: Debates & Tendências*. Passo Fundo: PPGH/UPF, Vol, 24, nº 3, set-dez/2024, p. 184-204.

<sup>ii</sup> Os clubes a que se refere a citação eram filiados, à época, a Liga Metropolitana de Football, que então organizava o torneio envolvendo os clubes representativos da elite do Rio de Janeiro.

<sup>iii</sup> *Revista do Globo*. Porto Alegre, 13 de maio de 1950, p. 48-49. O texto está como legenda da foto que mostra a cena.

<sup>iv</sup> O argumento de Paulo Prado certamente vai na contramão de outras perspectivas já correntes à época, como a de Gilberto Freyre, que, a partir da publicação de *Casa-Grande & Senzala*, busca uma valorização do homem brasileiro a partir de sua formação cultural e racial. Freyre, com efeito, não era alheio ao futebol como símbolo de nacionalidade, o que fica explícito no prefácio que escreveu para a primeira edição de “O Negro no Futebol Brasileiro”, de Mário Filho, ainda em 1947. Todavia, parece-nos claro não ser nosso objetivo neste texto discutir as perspectivas freyreanas sobre a sociedade brasileira, cujas limitações são evidentes e que, ao fim e ao cabo, ensejaria outro trabalho. Deixemos esta proposta para textos futuros ou a cargo dos(as) entusiastas do sociólogo Cfe: FREYRE, Gilberto. Prefácio à 1ª Edição. In: FILHO, Mário. *O negro no futebol brasileiro*. Rio de Janeiro: MAUD, 2003, p.24-26.

<sup>v</sup> *Jornal A Tarde*. Salvador, 19 de julho de 1950, p. 5.

<sup>vi</sup> Para uma análise aprofundada da construção de um sentimento positivo de brasilidade durante a Ditadura Militar, ver FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

<sup>vii</sup> *Jornal Correio do Povo*. Porto Alegre, 19 de junho de 1970, p. 4.

<sup>viii</sup> *Revista Manchete*. Rio de Janeiro, 11 de julho de 1970, p. 20-21.

<sup>ix</sup> A imagem e o texto são acessíveis ao se digitar no Google os termos “Grêmio Caracas Faixa Coligay”. [GloboEsporte.com > Futebol > Grêmio – NOTÍCIAS - FOTO: faixa provoca o Grêmio com lembrança à Coligay](https://globoesporte.com/futebol/grêmio-noticias-foto-faixa-provoca-o-grêmio-com-lembrança-a-coligay). Acesso em 13 de janeiro de 2024.